

5

Conclusões

Nossa intenção, neste último capítulo, é propor que as evidências apresentadas no estudo das formações eleitas servem à sustentação do projeto literário de JCC em “O Coronel e o Lobisomem”: construir o personagem Ponciano, herói do romance, por meio do seu próprio discurso. Do discurso de Ponciano participam em grande quantidade, dentre outras aqui não estudadas, formações com o prefixo des- e os sufixos -oso e -ão. Tais operações morfológicas, devido a características específicas daquele discurso literário, têm seu uso ampliado. A “autoridade” de Ponciano sobre o mundo que o cerca, construída por ele mesmo, está evidenciada na intensificação do significado das palavras de que faz uso. Para tal, vale-se de três estratégias, próprias de nossa cultura, onde o “exagero” tem uso livre: a negação, a avaliação e a “aumentação”, às quais correspondem, respectivamente, aquelas operações de que tratamos.

Em nosso entender, o processo descrito no parágrafo anterior corresponde a uma possível “motivação icônica” quanto ao uso das operações morfológicas neste trabalho estudadas. Para sustentar tal hipótese, refletiremos, em seguida, sobre a noção de “iconicidade” na língua.

5.1

A motivação icônica

Charles Sanders Peirce, filósofo norte-americano, contemporâneo de Saussure, inaugurou os estudos semióticos, também conhecidos como ciência dos signos; para o estudioso, toda idéia é um signo, o homem é um signo, e o mundo está permeado de signos. Resumidamente, pode-se dizer que o signo (ou *representamen*) é uma coisa que representa outra, no caso, seu objeto. Peirce estabelece uma complexa classificação tricotômica dos signos, conforme sua fundamentação, conforme sua relação com o objeto, ou seja, aquilo que o signo representa, e conforme as possibilidades de ser interpretado. Observemos com atenção a segunda classificação, a qual o autor desdobra em três possibilidades. O

signo pode relacionar-se ao seu objeto: 1º) simbolicamente, quando o representa com base em uma lei, hábito ou convenção, como ocorre com o signo “cruz”, cujo objeto é o “cristianismo”; 2º) indicialmente, quando ocorre uma relação de contiguidade com a realidade exterior, como ocorre com o signo “fumaça”, que não representa o objeto “fogo”, mas é afetado por ele; 3º) iconicamente, quando o signo é qualquer coisa que seja utilizada para designar algo que lhe seja semelhante em algum aspecto, assim como o faz o signo “mapa” em relação ao objeto “cidade do Rio de Janeiro”.

Simões (2002) afirma que a função lexicológica-semiótica faz das palavras, consideradas signos atualizados em contextos frasais, signos evocadores de imagens, ou seja, as unidades lexicais impregnam-se de conceitos (emergentes da cultura em que se inserem) por meio dos quais o redator tenta estimular a imaginação do leitor. Para Simões, “a mente interpretadora se tornará tanto mais capaz de produzir imagens sob o estímulo do texto quanto mais icônicos ou indiciais sejam os signos com que seja tecido o texto”. Neste sentido, o texto literário é considerado a última instância da produtividade lexical, pelo fato de ali experimentarem-se os usos mais insólitos para as formas da língua, com vistas a exibi-la não mais como um código, mas como uma obra de arte, ou, conforme Simões, “que surpreende o espectador a cada instante de contemplação”.

Na semiótica aplicada de extração peirciana, o signo pode ser objeto estratégico para a construção da falácia ou da eficácia nos textos. Esta última se constrói por meio de signos orientadores, condutores do leitor a uma mensagem unívoca; a primeira é resultado de uma tessitura ancorada em signos desorientadores – que induzem à interpretação de uma mensagem equivocada, ou no mínimo ambígua. Para Simões, o signo desorientador é uma virtude quando se trata do texto literário, pois é por meio desse signo “problemático” que o artista atinge o signo da arte, já que que instaura a possibilidade da leitura plurívoca, ressalvados os limites semântico-temáticos engendrados.

A linguística funcional e os princípios teóricos que caracterizam a linguística cognitiva propõem uma nova abordagem das questões relativas à arbitrariedade / iconicidade, visto que analisam a língua não apenas como uma estrutura, mas também como reflexo do comportamento de seus usuários em situações reais de comunicação: a linguagem funciona como um elemento criador de significação nos diferentes contextos de uso. Lakoff e Johnson (1980)

mostram que a metáfora, assim como a metonímia não são meros recursos poéticos ou estéticos, mas desempenham papel fundamental na definição de nossa realidade cotidiana, visto que refletem o modo como pensamos ou experienciamos na nossa vida diária. Tais mecanismos têm se mostrado fundamentais na criação de palavras para designar novos conceitos, constituindo-se em fortes motivadores da estrutura da língua.

Heine, trazido por Wilson e Martelota (2008), argumenta que esse processo de extensão semântica apresenta certa regularidade e propõe a seguinte escala: pessoa => objeto => atividade => espaço => tempo => qualidade, cujos elementos apresentam grau crescente de abstratividade e constituem entidades prototípicas que representam domínios de conceptualização importantes para a estruturação de nossa experiência. Por exemplo, palavras que indicam partes do corpo, como “braço”, podem passar a designar um objeto, como “braço da cadeira”; uma atividade, como “braçada”; uma medida de espaço, como em “uma braça”; uma qualidade, como em “Ele é meu braço direito”.

Conforme Neves (1997), a iconicidade é “um princípio pelo qual se considera que existe uma relação não-arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana. Trata-se de uma relação natural entre o código lingüístico e o seu *designatum*”. Neste sentido, seria possível afirmar, por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual. Por outro lado, noções como homonímia e sinonímia evidenciam a falácia da relação biunívoca entre forma (morfema, palavra ou construção gramatical) e significado. Givón, trazido por Neves (1997:106), defende que o caráter natural e não-arbitrário da relação particular entre uma estrutura e uma função é essencialmente derivado da história particular dessa relação; e que a semântica lexical é o campo no qual a relação forma e significado possui o maior grau de arbitrariedade, embora um certo grau de iconicidade seja mantido. Bybee, trazida por Neves (1997:107), mostra que, no campo da morfologia, por exemplo, a distância lingüística no interior da palavra corresponde iconicamente ao grau em que a semântica do afixo afeta o significado da palavra.

5.2

Produtividade e produção

As apreciações realizadas neste trabalho levam-nos, então, a sustentar que, na obra de JCC aqui analisada, fica clara a utilização das possibilidades de formação disponibilizadas pelos recursos morfológicos da língua, correspondentes a condições de produtividade, nas condições de produção determinadas pelo tema, pelo autor da obra, e pelo personagem que este quis delinear.

A aplicação da teoria lexical que associa às condições de produtividade lexical nas línguas as condições de produção no corpus de “O Coronel e o Lobisomem” levou-nos a identificar ali a participação do ingrediente icônico das unidades lexicais, de modo que funcionam como substrato da ilusão de que o objeto-texto, tal como é percebido, é o próprio objeto.

Amplia-se ou sofisticase o âmbito das regras de formação de palavras para a construção do personagem Ponciano, em cujo discurso prevalece a composição “exagerada” (ou seria “exagerosa”?), servindo as operações morfológicas com -oso pleonástico, com o alargamento de bases associadas a -ão aumentativo, e a des- negativo à expressão do próprio herói da narrativa. Mas mais ainda: o próprio uso de formas inexistentes ou pouco frequentes, assim como o uso diferenciado de formas já registradas, também é, para além das próprias formações utilizadas, um componente da iconicidade, já que também correspondem a algo feito para chamar a atenção.